



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2017 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A VINTE E TRÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSETTE

Acta nº 3/2017

Aprovada em 23/06/2017

No dia vinte e três de Junho de dois mil e dezassete teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a terceira sessão ordinária de 2017 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – ABERTURA DOS TRABALHOS

Informações do Presidente

II - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1. Intervenção do Presidente da Câmara;**
- 2. Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais, para apreciação e votação;**
 - 2.1. Tabela Geral de Taxas Municipais, para apreciação e votação nos termos da al. g), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;**
- 3. Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, (Taxas e Compensações Urbanísticas) RMUE, para apreciação e votação nos termos da al. g), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;**
- 4. 2ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra, (Modificação aos Documentos Previsionais nº 12/2017) aprovação nos termos da al. a), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;**
- 5. 1ª Revisão ao Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, apreciação e votação nos termos da al. a), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;**
- 6. Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2016 do Município de Coimbra, apreciação nos termos da al. l), do nº 2, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;**
- 7. Prestação de serviços de seguros para os SMTUC – Repartição de encargos, nos termos da alínea c), do nº1, do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.**
- 8. Proposta de designação de um representante da Assembleia para o júri do Prémio Municipal de Arquitectura Diogo de Castilho – Edição 2017 - Edital nº 29/2017 – Regulamento do Prémio Municipal de Arquitectura Diogo de Castilho.**
- 9. Troço de estrada a integrar na rede municipal – EN 234 – 1/ Pontão de S. Facundo – Mutação dominial, para aprovação do pedido de autorização prévia.**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos directos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Isabel Vargues, Maria do Céu Fialho, Mário Carvalho, Rosa Isabel, António Sequeira, Ângela Pinto Correia, Nuno Silva, André Pereira, José Cortesão, Ana Paula Bravo e José Nunes.

Presidentes de Junta de Freguesia João Marques, Júlia Antunes, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Alberto Carvalho, Manuel Veloso, Jorge Veloso e António Coelho.

Grupo Municipal “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):

Eleitos directos

Manuel Rebanda, Helena Moura Ramos, António Oliveira, Ana Janine, Alexandre Barros, Rui Campos, Dino Alves, Rui Marques, Cristina Agreia e Júlio Gaudêncio.

Presidentes de Junta de Freguesia: Hélder Abreu, José Simão, Ricardo Rodrigues, Pedro de Abreu e António Teodoro.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos directos

Manuel Rocha, Isabel Melo (**não tendo comparecido**), Alfredo Campos, Rui Damasceno e Paulo Coelho.

Presidentes de Juntas de Freguesia:

Victor Carvalho, Jorge Mendes e João Coutinho.

Grupo Municipal Cidadãos Por Coimbra (CpC):

Eleitos directos

Catarina Martins, José Lucas, Serafim Duarte e Natércia Coimbra.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos directos

Sampaio e Nora

USB

Presidente de Junta de Freguesia:

Rui Soares

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara, Manuel Machado, estiveram presentes a Vice-Presidente Rosa Reis Marques, os Vereadores Carlos Cidade, Carina Gomes, João Barbosa de Melo, Francisco Queirós, Paula Alves, José Belo e Paulo Pereira.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Helena Moura Ramos, como Primeira Secretária e Victor Carvalho, como Segundo Secretário.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de renúncia de mandato, nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, bem com os pedidos de suspensão de mandatos nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Grupo Municipal do Partido Socialista (PS):

Deputada municipal **Isabel Garcia**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Ana Paula Bravo**;

Deputado municipal **Horácio Santiago**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **José Nunes**;

Deputado municipal **Fernando Abel**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Alberto Ferraz**;

Deputado municipal **Fernando Santos**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Júlia Antunes**;

Grupo Municipal “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):

Deputado municipal **António Maló**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Cristina Agreira**;

Deputado municipal **Nuno Freitas** pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Júlio Gaudêncio**;

Deputado municipal **António de Oliveira** pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **João Pinto**;

Deputado municipal **Manuel de Oliveira**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Pedro de Abreu**;

Deputado municipal **José Filipe**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **António Teodoro**;

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Deputado municipal **Pinto Ângelo**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Helena Frazão**;

Deputada municipal **Helena Frazão**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Rui Damasceno**;

Deputado municipal **Jorge Seabra**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Isabel Melo**;

Deputada municipal **Margarida Fonseca**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Alfredo Campos**;

Deputado municipal **José Pimenta**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **João Coutinho**.

Grupo Municipal Cidadãos Por Coimbra (CpC):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deputada municipal **Leonor Barata**, pedido de *renúncia de mandato*, tendo sido substituída, pela Deputada Municipal **Sofia Santos**;

Deputada municipal **Sofia Santos**, pedido de *renúncia de mandato*, tendo sido substituída, pelo Deputado Municipal **João Ferreira**;

Deputado municipal **João Ferreira**, pedido de *renúncia de mandato*, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Isabel Prata**;

Deputada municipal **Isabel Prata**, pedido de *renúncia de mandato*, tendo sido substituída, pelo Deputado Municipal **Serafim Duarte**;

Deputada municipal **Clara Lourenço**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pela Deputada Municipal **Natércia Coimbra**;

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1 artigo 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13º e, do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

I – ABERTURA DOS TRABALHOS - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 04:15 a 14:12 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que sessão ordinária da Assembleia Municipal se encontrava aberta uma vez que estava reunido “quórum”;
- Submeteu a “*Ordem de Trabalhos*” à votação – Aprovada por unanimidade;
- Informou que iria haver um debate sobre a proposta de Recomendação ao Executivo apresentada pelo CpC, sobre o “*Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco*”, assim como sobre a proposta de Moção de “*Coimbra, Capital Europeia da Cultura 2027*”, também esta apresentada pelo CpC;
- Informou que tinha um pedido de palavra do deputado municipal Sampaio Nora para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”;
- Apelou para dois votos de pesar e um minuto de silêncio, um, por Durval Moreirinhas, músico e compositor, que acompanhou nomes como Amália Rodrigues e José Afonso, apontado como um dos “*históricos*” da canção de Coimbra e outro, pelas vítimas dos incêndios que assolaram a região de Coimbra e do concelho;

Recomendação ao Executivo

O Centro de Convenções e Espaço Cultural Convento de S. Francisco encontra-se a funcionar desde Abril de 2016 através de uma gestão difusa, formalmente assumida pela Câmara Municipal, mas na realidade delegada na empresa “*Metáforas e Vírgulas, Unipessoal, Lda.*”, cujo proprietário é João Aidos. Esta empresa, constituída a 18 de junho de 2016, foi contratada uma semana depois (24 de junho de 2016), para “*Serviços de Consultadoria Cultural, Artística e de programação municipal*”, através de ajuste directo no valor de 74 800 Euros + IVA (total: 92.004 Euros). Este ajuste directo veio substituir dois outros ajustes directos com a empresa J. Aidos Associados, tendo a constituição da nova empresa permitido contornar eventuais violações do Código dos Contratos Públicos. Para além desta falta de transparência de procedimentos, o que mais importa, neste momento, é verificar a inoperância, senão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

mesmo o ridículo, desta gestão em que não se sabe quem faz o quê, a quem cabem as decisões de programação e de administração, a quem compete a definição de uma estratégia para o equipamento, tendo em conta, em particular, a sua articulação com a restante política cultural para o município. A indefinição e a ineficácia da gestão presente revela-se na ausência de uma Agenda Cultural para o Convento, o qual anuncia os respectivos espectáculos dois dias antes da sua realização; na falta de coisas tão básicas como um site internet; na instabilidade de contratação do pessoal que ali trabalha; nas reuniões camarárias onde os vereadores são chamados a decidir os preços de cada espectáculo (ou a homologá-los a “posteriori”, o que pode conduzir a situações de ilegalidade), ou nas decisões contraditórias relativas à programação e gestão dos diversos espaços, protagonizadas por Presidente da Câmara, vereadora do pelouro, ou empresa gestora, num caos indistigível que é já motivo de chacota e de desconfiança entre o meio artístico nacional.

Uma vez que a Câmara Municipal pretende fazer do Convento de S. Francisco o epicentro da vida cultural da cidade, ao mesmo tempo que se desleixa de uma forma gritante com os restantes equipamentos culturais municipais, não se entende esta indefinição que causa inevitáveis prejuízos na gestão de um equipamento desta dimensão, em termos financeiros e funcionais, com mau aproveitamento das suas capacidades, ausência de estratégia de curto e longo prazo, e má administração financeira, com total ausência de transparência. Trata-se de uma situação insustentável e que não pode prolongar-se.

Em dezembro de 2015, a Assembleia Municipal de Coimbra reuniu no próprio Convento, ainda não inaugurado, com o propósito de conhecer as instalações e um "Estudo de Viabilidade Financeira e Modelo de Governação do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco". Esse "estudo" analisava três modelos possíveis para a gestão e financiamento do equipamento: a "Empresa Local de Natureza Municipal", a "Fundação Pública de Direito Público" e a "Associação de Desenvolvimento Local". Ao longo de mais de um ano, o Executivo foi incapaz de escolher, de definir e de desencadear a concretização de um destes modelos, mantendo o funcionamento do Convento amarrado a um amadorismo confrangedor, numa flagrante contradição com a ambição e as potencialidades da estrutura e, sobretudo, defraudando as legítimas expectativas das cidadãs e dos cidadãos de Coimbra.

Tendo em conta o prejuízo para o município que decorre da situação presente, acima descrita, a Assembleia Municipal de Coimbra, em reunião ordinária do dia 10 de Março de 2017, delibera recomendar ao executivo da Câmara Municipal de Coimbra que:

1. *Proceda à constituição de uma Empresa Municipal com a função de assegurar a gestão e programação do CCEC Convento de S. Francisco.*
2. *Defina, como condição de transparência da gestão desta empresa, a abertura de um concurso público internacional para a função de gestor /programador.*

Intervenção do deputado municipal Dino Alves (CPC): [\(áudio 15:34 a 16:30 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Propôs um voto de louvor à Sessão de Ginástica da Associação Académica de Coimbra.

Deliberação de 23/06/2017

A Assembleia Municipal, sob proposta da Coligação “Por Coimbra” datada do dia 23 de Junho último, deliberou, *por unanimidade*, aprovar o voto de louvor à “*Sessão de Ginástica da Associação Académica de Coimbra*”.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

II - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção do deputado municipal Sampaio Nora (CDS): [\(áudio 17:30 a 23:46 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Começou por informar que face às divergências com as estruturas do seu partido *renunciava ao mandato*, mas sem antes fazer um balanço sobre o que tinha sido possível fazer no presente mandato, nomeadamente na colaboração na Revisão do Regimento da Assembleia Municipal, na introdução de algumas alterações em Regulamentos Municipais, assim como em propostas de várias alterações às taxas do IMI;
- Informou que sentia orgulho de ter conseguido a aprovação de uma moção de apoio aos Colégios;
- Agradeceu a colaboração que teve de todos os grupos municipais e dos jornalistas;
- Seguidamente dirigiu-se de forma especial ao Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal, dizendo-lhe que este, para além de dirigir as reuniões, tinha feito algumas inovações no sentido de agilizar os trabalhos e de alguma forma os facilitar e tornar eficazes, fazendo-as reflectir no Regimento, que tinha sido aprovado simbolicamente no Convento de S. Francisco a 29 de Abril de 2015, dando como exemplo de inovação a reunião prévia dos representantes dos diferentes grupos municipais e também a inovação da constituição de comissões permanentes, e por ultimo a terceira, que foi a disciplina do “*Período Antes da Ordem do Dia*”, que em mandatos anteriores se arrastava por tempo imenso, procurando que as moções, os votos e as recomendações fossem presentes de véspera e que houvesse maior limitação nos tempos de intervenção, afirmando que nesse ponto, as melhorias tinham sido substanciais, permitindo operacionalizar o funcionamento da Assembleia;
- Terminou afirmando não ter dúvidas que Coimbra só ficaria a ganhar se o presente Presidente da Assembleia Municipal pudesse continuar nesse lugar, independentemente do Executivo que viesse a ser eleito em 1 de Outubro, porque a sua capacidade e experiência para o exercício do lugar, tinham ficado claramente demonstrados neste mandato e, por ser uma pessoa de Coimbra, que vivia em Coimbra, que diariamente sentia os problemas da cidade e do concelho.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 24:04 a 27:32 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao deputado municipal Sampaio Nora dizendo-lhe que tinha registado o seu pedido de renúncia de mandato, para efeitos administrativos e sublinhou, que todos os presentes da esquerda à direita, iriam sentir a sua falta, porque tinha prestigiado o seu partido, tinha-se prestigiado a ele próprio e, em especial, tinha prestigiado a Assembleia Municipal, com os seus contributos que ficaram lavrados em documentos estruturantes e substanciais, não só no Regimento, mas também em regulamentos, como o que iria ser votado nesta Assembleia Municipal – RMUE -, que ficarão para futuro;
- Terminou dizendo que por todas essas razões e também pessoais, o apreço e a admiração que sentia por ele era muito grande, manter-se-ia para sempre e quanto às considerações que o mesmo fez em relação ao futuro, só o futuro diria.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 28:09 a 30:06 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Disse que o Partido Socialista se associava às palavras do Presidente da Assembleia Municipal sobre a renúncia do mandato do deputado municipal Sampaio Nora, sublinhando a falta que este iria fazer e agradeceu todos os seus contributos que engrandeceram a Assembleia Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 30:32 a 37:57 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Partilhou das palavras de todos quanto à partida do deputado municipal Sampaio Nora, dizendo que era com cordialidade e diferenciação que se despedia;
- Considerou que a cultura é direito humano e estragar “*Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco*”, era pô-lo a falar para dentro e, não queriam para este, o destino da venda a retalho, nem dos altares do glamour;
- Informou ainda que nunca menosprezaram a importância de lhe definir um rumo no panorama cultural municipal, tanto que tinham proposto a criação de um Conselho Municipal de Cultura, e o acolhimento da Coleção Miró;
- Informou que o grupo político do Movimento Cidadãos por Coimbra lhes fizeram chegar uma proposta de resolução que iria contribuir para colocar em cima da mesa uma questão essencial, ou seja a da estabilização do dossier “*Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco*”, concordando com o preâmbulo e discordando das duas recomendações produzidas no documento, porque a constituição de uma Empresa Municipal comportava grandes riscos ao nível dos requisitos de viabilidade económico-financeira, de racionalidade económica e de proibição de subsídios ao investimento, não sendo uma solução capaz de cumprir o papel dinamizador que se exigia a um equipamento daquela natureza.
- Propôs em nome da CDU que a Assembleia Municipal adoptasse duas recomendações para a gestão política municipal do “*Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco*”, passando de imediato a lê-las:

Recomendação

Recomendar, à Câmara Municipal, a abertura de um período de ampla discussão pública, calendarizada, destinada a debater papel que o Convento de São Francisco deverá assumir na vida cultural do município, que o mesmo é dizer, na definição de políticas municipais para a Cultura.

Recomendar a esta Assembleia Municipal, a convocação de uma Assembleia Municipal extraordinária, dedicada à discussão dos aspectos enunciados nas duas propostas apresentadas perante esta Assembleia.

Mais disse que em relação ao Metro Bus se estava perante uma “miragem”, porque aquilo que seria importante, era a colocação dos carris do Ramal da Lousã, permitindo assim, que fosse ligado ao sistema de transportes nacionais.

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (CpC): [\(áudio 38:20 a 48:08 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Lamentou a renúncia do deputado municipal Sampaio Nora por ser sempre uma perda e agradeceu ao deputado municipal Manuel Rocha, por proporcionar uma discussão urgente sobre o “*Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco*”;
- Saudou a decisão tomada pela Assembleia Municipal sobre a discussão alargada da proposta apresentada pelo seu grupo político;
- Informou que perante a inoperância de quem gere a programação do “*Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco*” que se revelava, entre outros aspectos, na ausência de uma agenda cultural e na falta de coisas tão básicas como um site de internet;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Propôs à Assembleia Municipal a criação de uma empresa municipal para assegurar a gestão e programação do referido espaço, recomendando ainda à Câmara Municipal a abertura de um concurso público para a função de gestor/programador;
- Questionou o Presidente da Câmara sobre quem é que geria “*Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco*”, qual a despesa de um ano de funcionamento, que peso real teve no orçamento camarário e qual a receita arrecadada;
- Terminou dizendo que era necessário e urgente acabar com este estado de coisas e considerou que a criação de uma empresa municipal, proposta pelo seu grupo político, iria assegurar o modelo de gestão e programação do “*Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco*”.

Intervenção da deputada municipal Isabel Vargues (PS): [\(áudio 49:15 a 53:55 minutos – 1.ª gravação\)](#)

- Realçou a atribuição do “Prémio Camões de 2017” atribuído ao poeta e romancista Manuel Alegre, tornando-se assim, o 29.º autor e o 12.º português a receber a mais importante consagração literária da língua portuguesa;
- Terminou propondo um voto de congratulação.

Deliberação de 23/06/2017

A Assembleia Municipal, sob proposta do Partido Socialista datada do dia 23 de Junho último, deliberou, *por maioria*, com 48 votos a favor e 1 voto contra, aprovar o *voto de congratulação ao poeta e romancista Manuel Alegre*.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção do deputado municipal José Cortesão (PS): [\(áudio 55:01 da 1.ª gravação a 01:24 minutos – 2.ª gravação\)](#)

- Disse que as críticas sobre o feito e o não feito, e até o por fazer, e sem mais contributos para dar, eram apanágio da oposição nesta Assembleia Municipal;
- Deu como exemplo das melhorias efectuadas na cidade, à saída da ponte de Santa Clara, onde o trânsito era obrigatoriamente desviado para a marginal esquerda, passando pela Escola Silva Gaio, perguntando se alguém tinha reparado que a fluidez do trânsito melhorou, com a construção da rotunda na Avenida da Guarda Inglesa, o Terreiro da Erva, onde havia árvores plantadas, o piso asseado, o espaço sem carros e iluminado, a conclusão do “*Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco*”, as obras na “*Praça das Cortes*”, os “*Campos do Bolão*”, os espaços entre o túnel da Estação Velha e a Ponte Açude, a ciclovía da cidade, a rotunda da Av. Fernão de Magalhães ao Rio Mondego bem como o desassorear do mesmo;
- Terminou afirmando que criticar era fácil, bem mais fácil que reconhecer o empenho e o resultado daqueles que trabalhavam todos os dias e se esforçavam por tornarem Coimbra e o seu concelho cada vez melhores o que o levava a concluir, se mais razões não existissem, estas seriam suficientes para afirmar que Coimbra tinha saído do marasmo, que Coimbra era uma cidade mais valorizada.

Intervenção do Presidente da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo de Viegas: [\(áudio 02:00 a 06:10 minutos – 2.ª gravação\)](#)

- Afirmou que a Câmara Municipal estava convencida que estava a fazer um favor aos Conimbricenses e a Coimbra, quando decidiu por a entrada gratuita na Feira Popular, mas a verdade é que o Presidente da Câmara estava a tentar ir buscar o triplo do dinheiro às pessoas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

que estavam na Feira Popular, quando ao lado, recentemente se fazia, uma semana cultural onde só havia despesas e não havia receitas;

- Quanto à intervenção do deputado municipal José Cortesão, disse estar satisfeito pelo facto de Santa Clara estar a desenvolver-se, mas quem fazia figura, era quem pagava e não quem encomendava;
- Terminou dizendo que tinha pedido à Câmara Municipal que ao fim-de-semana o trânsito fosse cortado na Avenida João das Regras, mas que até ao momento não tinha obtido nenhuma resposta.

Intervenção do Presidente da Freguesia de Souselas: [\(áudio 09:09 a 12:22 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse, que passado um ano, a Moção sobre o Instituto Educativo de Souselas e Lordemão, apresentada pela sua junta e mais outras duas e que até ao momento, a Câmara Municipal nada tinha feito, solicitando ao Presidente da Câmara, que interpelasse a Secretária de Estado sobre esta questão, pedindo-lhe que a resolvesse, que comprasse a escola e, se não o fizesse seria ele a fazê-lo, através de manifestações na defesa de uma causa que era justa.

Intervenção do deputado municipal Paulo Coelho (CDU): [\(áudio 12:42 a 17:43 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que o mundo tem testemunhado os riscos e o perigo real que representa a opção pela energia nuclear, através de vários casos que demonstraram não se trata de uma tecnologia segura dando como exemplo o caso da central nuclear de Almaraz, situada em Cáceres, Espanha, próximo da fronteira portuguesa que já deveria ter encerrado em 2010, mas cujo período de vida foi alargado até 2020;
- Disse que Coimbra poderia, fazer a opção política de não financiar a energia nuclear, optando por fontes de energia limpa, como era o caso das renováveis e recusando a compra de electricidade de origem nuclear, dando um sinal ao mercado da recusa deste tipo de energia eléctrica;
- Exortou o Executivo da Câmara Municipal, a empreender esforços para ser auto-suficiente em energia eléctrica, não adquirindo electricidade proveniente de fontes nucleares.

Intervenção do deputado municipal Ana Janine (CPC): [\(áudio 18:40 a 23:01 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que em seu nome e em nome da CPC, lamentava a saída do deputado municipal Sampaio Nora, deixando uma mensagem de apreço porque tinha sido muito bom ter trabalhado com ele;
- Fez um balanço dos quatro anos de governação do Executivo afirmando que este tinha que se redescobrir porque em Coimbra nada tinha mudado, nem a nível de educação, nem a nível de saúde, nem a nível cultural e que os jovens continuavam a procurar emprego fora de Coimbra.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 23:07 a 23:45 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Lembrou que até àquele momento ainda ninguém se tinha pronunciado sobre a Moção apresentada pela CPC, sobre “*Coimbra, Capital Europeia da Cultura 2027*”.

Intervenção da deputada municipal Cristina Agreira (CPC): [\(áudio 24:14 a 28:00 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Levantou novamente a questão sobre as escolas com Contrato de Associação, porque envolvia pessoas, pais, crianças, professores, funcionários e postos de trabalho, pelo facto de a Câmara Municipal e o seu Presidente, desde 29 de Abril de 2016, nada tinha feito e lembrou que nessa data tinha sido aprovada nesta Assembleia Municipal, uma Moção, para ser entregue à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Tutela, tal como, uma suposta a carta que este teria escrita em 13 de Julho de 2016 à Secretária de Estado Adjunta da Educação Ministra, circulava pelas freguesias e curiosamente ninguém nas freguesias conhece essa carta, nem a própria Assembleia Municipal.

Intervenção do Presidente da Freguesia de Souselas: [\(áudio 28:30 a 29:30 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que se tinham deslocado à sua junta várias pessoas, no âmbito das Comissões Social de Freguesias questionando-o sobre os transportes de crianças.

Intervenção do deputado municipal Dino Alves (CPC): [\(áudio 29:44 a 33:30 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse que tinha sabido no dia anterior que o projecto que tinha sido aprovado, por unanimidade, na Assembleia Municipal sobre a candidatura sobre “*Coimbra Capital Europeia da Inovação 2017*” não tinha sido sequer enviado para a comissão e esta situação tinha sido para o seu grupo político a “*gota de água*”, porque esta proposta tinha merecido o voto unanime desta Assembleia Municipal e era financiado pelo orçamento Europeu e Coimbra merecia ser eleita;
- Terminou apresentando um voto de protesto, em nome da sua bancada contra o Presidente da Câmara Municipal.

Declaração em defesa da honra do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 33:51 a 37:20 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao deputado municipal Dino Alves informando-o que este tinha feito afirmações falsas, porque o que o que tinha dito e se encontrava registada na acta de 10 de Março de 2017, tinha sido, “... que Coimbra tinha futuro, estava valorizada e se encontrava presentemente em condições de se candidatar a *Capital Europeia da Inovação 2017*, graças à acção do Presidente Manuel Machado”, “ e ainda a **Proposta de acrescento...** “*Propõe-se que se constitua no âmbito desta Assembleia Municipal, uma “Comissão de Candidatura da Cidade de Coimbra a Capital Europeia de Inovação de 2017”, se ainda for possível, este ano, e não podendo ser já, que seja nos anos subsequentes, Comissão esta que integre um deputado municipal da cada grupo parlamentar, um membro do executivo municipal e de cada uma de outras entidades representativas da cidade, seja da Universidade de Coimbra, o Instituto Pedro Nunes ou outras que se revelem necessárias*”

Intervenção do deputado municipal Dino Alves (CPC): [\(áudio 37:31 a 38:40 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao deputado municipal Ferreira da Silva afirmando que o Presidente da Câmara, não lhe tinha dado qualquer seguimento, considerando uma falta de respeito pelas gentes de Coimbra.

Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (CPC): [\(áudio 41:22 a :44:27 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Afirmou que o Partido Socialista e o seu Presidente da Câmara tinham completado 94% do seu mandato durante 4 anos, mas o que era mais grave, era o incumprimento do programa eleitoral, mas o Conimbricenses não “*são parvos*”;
- Descreveu várias obras inacabadas e os “*remendos*” nalgumas reabilitações e revitalizações na Baixa, a brutal carga fiscal do Partido Socialista de Manuel Machado e as novas regras de transferências para as juntas de freguesias;
- Terminou dizendo que o mais importante para a cidade não estava feito e já não iria ser feito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Presidente da União de Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela: [\(áudio 45:08 a 50:06 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse que estava na altura de todos honrarem a Moção e a Recomendação anteriormente aprovadas nesta Assembleia Municipal, sobre o Instituto Educativo de Souselas;
- Em relação às acções das obras que a Câmara Municipal deveria contratar, referentes a 2016/2017 da sua junta, solicitou ao Presidente da Câmara que pedisse às pessoas que o rodeavam, que lhe dessem a ler os emails da sua junta, por que a sua junta continuava sem respostas.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 51:22 da 2ª gravação a 01:21 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se aos deputados municipais Rui Soares, Ricardo Rodrigues e João Paulo Marques, informando-os, que a Assembleia Municipal nunca tinha aprovado qualquer Moção para que a Câmara Municipal fizesse o que fizesse, relativamente ao ensino público ou privado, porque o que tinha sido aprovado e se encontrava em acta, era que fosse enviada pela Assembleia Municipal ao Ministro da Educação bem como a emenda da bancada da CDU, aprovada por unanimidade, lendo de imediato o seu conteúdo;
- Informou que o Partido Socialista entendeu na altura que os presidentes das referidas juntas, deveriam acompanhar o Presidente da Câmara, no diálogo com o Ministério da Educação e nesse sentido, apresentou uma Moção, que foi rejeitada, pelos votos contra do deputado municipal Rui Soares, sendo esta a verdade;
- Quanto à Recomendação do CpC ao Executivo, relativa ao Centro de Convenções e Espaço Cultural Convento de S. Francisco, disse ser uma floresta de enganos, porque negava a evidência dos factos mas o que era importante, era a conclusão das obras e o seu funcionamento, lembrando o estado deplorável com que o executivo do Partido Socialista *recebeu* as obras;
- No dia 2 de Janeiro de 2014, o Movimento do CpC, tinha feito aprovar uma Moção nesta Assembleia para constituir uma Comissão de Acompanhamento da execução do projecto, mas esta nada tinha feito, nem nada acompanhou;
- Terminou dizendo que o Partido Socialista ia por isso aplaudir o brilhantismo e o inquestionável êxito do executivo camarário pela forma meritória como bem desenvolveu e desenvolve o projecto, porque, volvido um ano, era possível apurar os dados necessários à real avaliação da sustentabilidade de qualquer um dos modelos de gestão aventados, afirmando que preferiam a hipótese de criação de uma Empresa Municipal, mas esta não poderia ter a ligeireza que decorria da recomendação do CpC.

Declaração em defesa da honra do deputado municipal Serafim Duarte: [\(áudio 01:47 a 03:07 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que a intervenção do deputado Ferreira da Silva, tinha sido uma intervenção de “*uma mão cheia de nada*”, agradecendo a forma como sobrevalorizou o CpC, porque o que estava em causa era o presente e o futuro do “*Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco*”, onde se tinha feito uma proposta muito concreta ou seja constituição de uma Empresa Municipal e era sobre isso que todos tinham que se pronunciar.

Intervenção do Presidente Freguesia de Souselas: [\(áudio 04:02 a 04:28 minutos – 3ª gravação\)](#)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Disse que se todos os presentes tivessem uma postura colaborante e não tivessem uma forma tendenciosa, as coisas funcionariam muito melhor, porque ele tinha estado sempre disponível para zelar pelos interesses da zona norte de Coimbra e não se lembrava de algum dia ter votado contra fosse o que fosse nesta Assembleia Municipal.

Intervenção da deputada municipal Rosa Isabel (PS): [\(áudio 04:32 a 04:48 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que dado pedido de Presidente da Assembleia Municipal de pronuncia sobre Moção “*Coimbra, Capital Europeia da Cultura 2027*” e uma vez que a sua bancada tinha esgotado o tempo de intervenção, pedia que lhe fosse concedida a oportunidade de intervenção.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 05:01 a 05:27 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Em sequência de algumas acusações de insensibilidade em relação às crianças de Souselas, disse que tinha estado em contacto com os responsáveis da rede escolar, que o informaram que haveria lugar para estas crianças na Escola Rainha Santa Isabel e na Escola D. Dinis.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 05:55 a 06:56 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou estarem esgotadas as intervenções, mas que até aquele momento ninguém se tinha pronunciado sobre a Moção “*Coimbra, Capital Europeia da Cultura 2027*”, que tinha sido distribuída, em devido tempo, era da maior importância e não tinha havido qualquer debate.
- Deu 3 minutos a cada grupo político, para se pronunciarem sobre o assunto.

Intervenção do deputado municipal José Lucas (CpC): [\(áudio 07:16 a 08:42 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que do Movimento CpC, continuavam o seu trabalho e tinham apresentado à Assembleia Municipal, uma Moção, que todos conheciam e tinham em seu poder, dizendo não entender as diferenças entre esta e outras moções previamente apresentadas;
- Propôs a criação de uma comissão, a entrar em actividade após as próximas eleições de dia 1 de Outubro, em que os seus membros integrantes estejam também membros efectivos da Assembleia e da Câmara, com o objectivo da concretização da Moção “*Coimbra, Capital Europeia da Cultura 2027*”;

Intervenção da deputada municipal Rosa Isabel (PS): [\(áudio 10:27 a 17:47 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Referiu que a apresentação de candidaturas, fossem elas quais fossem, não podiam ser feitas de ânimo leve;
- Referiu que iriam votar favoravelmente em relação à Moção “*Coimbra, Capital Europeia da Cultura 2027*”;
- Congratulou-se com a apresentação da moção apresentada pelo Movimento CpC, que no seu entender, vinha fazer uma justa reivindicação na escolha Coimbra, para “*Coimbra, Capital Europeia da Cultura 2027*” e que esta iniciativa só vinha elevar e valorizar o nome de Coimbra no património cultural europeu e internacional, salientando que a Câmara Municipal de Coimbra, tinha trabalhado arduamente nesse projecto tendo em conta os seus impactos económicos e sociais, que também se tinham verificado noutras cidades europeias que anteriormente se tinham candidatado a projectos semelhantes;
- Propôs ao Movimento CpC, uma ligeira alteração ao *Ponto 2* da sua Moção, por entender que esta era um pouco redutora, uma vez que no seu entender, este ponto dá ideia que o projecto ainda não se tinha realizado, quando na realidade já se encontrava em curso;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Terminou dizendo ao deputado municipal Rui, que o Presidente da Câmara Municipal e o Partido Socialista, lhe tinham dado sempre, toda a sua disponibilidade para a resolução do problema.

Intervenção do deputado municipal Dino Alves (CPC): [\(áudio 18:11 a 21:33 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se à deputada municipal Rosa Isabel informando-a, que jamais viria à Assembleia Municipal fazer “*show off*”,
- Terminou dizendo que o CPC se congratulava com a Moção sobre “*Coimbra Capital Europeia da Cultura 2027*”, para que Coimbra fosse reconhecida nas mais diversas áreas como a cultura, a educação ou o desporto e para isso esta candidatura tinha que ser uma realidade, precisava de ser apresentada e de ser vencedora.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 21:47 a 24:08 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que em relação à Moção apresentada pela CPC, o que estava em causa era a possibilidade de instruir Coimbra, a uma candidatura de “*Coimbra Capital Europeia da Cultura 2027*” e não, um concurso de méritos ou deméritos sobre o que Coimbra tinha ou não sido, porque existia mérito nesta moção;
- Defendeu que Coimbra, era uma cidade onde pessoas de todo lado e das mais diversas origens se vinham fixar, quer através do ponto de vista académico, quer da sua qualidade de vida;
- Terminou afirmando que votariam a Moção favoravelmente.

Intervenção do deputado municipal José Lucas (CpC): [\(áudio 24:46 a 26:28 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse estarem de acordo com as alterações propostas dos pontos finais da Moção, passando de imediato a ler:

Moção- Movimento Cidadãos por Coimbra

COIMBRA, CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA 2027

A União Europeia determinou recentemente que cabe a Portugal e à Letónia apresentar candidaturas a “*Capital Europeia da Cultura de 2027*”.

Segundo o texto oficial da UE,

- “São objectivos essenciais desta iniciativa comunitária: valorizar a riqueza e a diversidade das culturas europeias, assim como as características comuns, e contribuir para um maior conhecimento mútuo dos cidadãos europeus.*
- É desejável que a iniciativa, as estruturas e capacidades criadas neste âmbito sejam utilizadas como base para uma estratégia de desenvolvimento cultural sustentável nas cidades em questão, garantindo os efeitos a longo prazo da manifestação ‘Capital Europeia da Cultura’.*
- Em 2014, acrescentou-se uma nova dimensão subordinada aos objectivos do programa Europa Criativa, visando salvaguardar, desenvolver e promover a diversidade cultural e linguística da Europa, promover o património cultural europeu e reforçar o sector audiovisual, para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.*
- A candidatura deverá ter como base um projecto cultural de dimensão europeia, assente, principalmente, na cooperação cultural.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- e) *Cada cidade organizará um programa de manifestações culturais que valorizem a sua cultura e o seu património cultural próprios, bem como o seu lugar no património cultural comum, e associem agentes culturais de outros países europeus, com o fim de estabelecer uma cooperação duradoura.*
- f) *Os programas das cidades designadas para o mesmo ano deverão ter alguma relação entre si.”*
- g) A promoção da criação e de manifestações artísticas de áreas diversificadas, a mobilização dos agentes culturais locais, a cooperação cultural com parceiros doutras cidades europeias, a mobilização e o envolvimento de toda a população, a garantia dum impacto duradouro desta acção e da sua continuidade para além do ano em causa, a divulgação eficiente por todo o espaço europeu da programação cultural e o apoio ao acolhimento de cidadãos e cidadãs de outros países são importantes linhas orientadoras que devem ser tidas em conta neste projecto.
- h) Coimbra, tão frequentemente chamada de Cidade do Conhecimento e que já foi Capital Nacional da Cultura, sendo hoje Património Mundial da Unesco, possui, como todos/as sabemos, condições inigualáveis, no quadro nacional, para a elaboração de uma candidatura como esta. Seria de todo incompreensível, por razões de vocação identitária e de prestígio, que Coimbra não apresentasse uma candidatura ganhadora, desperdiçando as oportunidades de desenvolvimento que o estatuto de Capital Europeia da Cultura pode trazer. Tendo em conta que já existiram manifestações de vontades na Assembleia Municipal para que Coimbra se candidatasse para esta acção em 2012, no que veio a ser ultrapassada, com todo o mérito, por Guimarães, propõe-se:
1. *Que seja assumida por esta Assembleia Municipal a intenção de apresentar, em devido tempo, às devidas instâncias nacionais e da União Europeia, a candidatura de “Coimbra a Capital Europeia da Cultura para 2027” e ... “**acrescento**” e que este projecto seja igualmente acompanhado pela Comunidade Intermunicipal – Região de Coimbra (CIM-RC), com vista a recolher a sua solidariedade e o seu compromisso;*
 2. *Que, a partir da tomada de posse das novas Assembleia Municipal e Câmara M, na sequência das eleições de 1 de Outubro, se constitua uma **Comissão de Acompanhamento** da iniciativa já desencadeada pela Câmara Municipal, integrando membros eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, pessoas qualificadas da cidade e da universidade e representantes dos agentes culturais do concelho, que impulsione a construção dum um projecto mobilizador para uma candidatura vencedora, à semelhança do que sucedeu em 2013, com o reconhecimento pela UNESCO do património de Coimbra como de valor universal.*

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 27:54 a 33:55 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Em nome da Mesa da Assembleia Municipal propôs ao Movimento dos CpC, que mantendo a sua redacção, formulasse a Moção sobre a candidatura de “Coimbra, Capital Europeia da Cultura 2027”, aceitando a proposta de criação de uma **Comissão de Acompanhamento** composta por alguns elementos da Assembleia Municipal e elementos de outras instituições, submetendo-a de imediato à votação.

Deliberação de 23/06/2017

Assembleia Municipal deliberou, por *unanimidade*, aprovar a proposta de constituição de uma **Comissão de Acompanhamento** da candidatura de “Coimbra, Capital Europeia da Cultura 2027”

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 35:23 a 37:03 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Alertou que existia ainda uma situação relativa ao “*Período de Antes da Ordem do Dia*” ao qual o Presidente da Câmara Municipal ainda não se tinha pronunciado, sobre a proposta de Recomendação ao Executivo sobre “*Centro de Convenções e Espaço Cultural Convento de S. Francisco*”, propondo ao CpC, que mantivesse o texto, mas que retirassem a parte onde propõe a criação de uma Empresa Municipal e a mesma não fosse votada.

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (CpC): [\(áudio 37:05 a 37:23 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que a Recomendação era para manter para que fosse objecto de reflexão, mas que não era para ser votada, apenas aguardavam esclarecimentos do Presidente da Câmara Municipal.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 37:41 a 37:52 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Propôs a marcação de uma Assembleia Municipal extraordinária para discussão desta questão.

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Presidente da Câmara: [\(áudio 39:50 a 45:50 minutos da 4ª gravação\)](#)

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 75.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi apresentada e distribuída a informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal durante o período. O Presidente da Câmara Municipal esclareceu os pontos da sua informação escrita, bem com as questões levantadas pelos deputados municipais no “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

- Associou-se ao minuto de silêncio e ao voto de pesar pelas vítimas dos incêndios;
- Disse estar em curso a preparação da candidatura de Coimbra e concelhos vizinhos a “*Capital Europeia da Cultura 2027*” e que a mesma já se encontrava agendada para a próxima reunião da Comunidade Intermunicipal – Região de Coimbra (CIM-RC);
- Desprezou as insinuações insultuosas feitas nesta Assembleia Municipal, devolvendo-as à precedência;
- Quanto ao “*Centro de Convenções e Espaço Cultural Convento de S. Francisco*” disse que a obra já se encontrava feita e desejada por muitos, empreendedores, agentes culturais que têm constatado as condições excelentes para o uso para que foi concebido, por Coimbra pela região Centro e pelo país e a prova disso era *que se iria realizar um “Concerto Solidário” no “Centro de Convenções e Espaço Cultural Convento de S. Francisco”, com a presença do Presidente da República, cuja receita reverteria a favor das vítimas dos incêndios.*

Intervenção do deputado municipal Dino Alves (CPC): [\(áudio 46:50 a 52:25 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Disse que Coimbra tinha regredido, que era presentemente uma cidade pequenina, envergonhada e cada vez mais provinciana, por culpa de Manuel Machado, mas também, culpa de todos;
- Dirigiu-se ao Presidente da Assembleia Municipal dizendo que precisava da sua ajuda, para que confirmasse se tinha sido este o Compromisso Eleitoral com que o Partido Socialista se tinha apresentado às últimas eleições, porque o Presidente da Câmara Municipal tinha prometido, muitas obras, mas apenas tinha cumprido no que dizia respeito, à inauguração do Convento de S. Francisco;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Afirmou que como autarcas e cidadãos não podiam ficar indiferentes a este desprezo democrático e se revoltavam porque Coimbra, merecia ser eleita “*Capital Europeia da Inovação*”, tal como merecia antes, ter sido “*Capital Europeia da Juventude ou Capital Europeia do Desporto*”;
- Terminou dizendo que a bancada da CPC, não se resignava com mais esse fracasso e apresentava na Assembleia Municipal, um voto de protesto contra Manuel Machado pela inércia da sua política de propaganda e pela absoluta irrelevância a que tinha conduzido a cidade que prometeram defender.

Intervenção do deputado municipal Alexandre Barros (CPC): [\(áudio 53:08 a 55:40 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que o Presidente da Câmara tinha falado de “*obras*”, mas mais uma vez tinha sido esquecida a zona norte, pois a sua freguesia encontrava-se ao abandono;

Intervenção do Presidente Freguesia de Souselas: [\(áudio 56:12 a 56:27 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se o seu silêncio, em relação ao Instituto Educativo de Souselas, era de desprezo total pela zona norte de Coimbra ou, se queria dizer alguma coisa sobre o assunto.

Intervenção do deputado municipal José Lucas (CpC): [\(áudio 56:52 a 57:19 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Perguntou ao Presidente da Câmara, se as obras do Centro de Documentação e Estudos da Cidade, situado na Manutenção Militar, iriam englobar o arquivo municipal.

Intervenção do deputado municipal Ferreira Nunes (PS): [\(áudio 57:44 a 58:12 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que tanto o Presidente da Câmara, como o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, não tinham informado que o “*Centro de Convenções e Espaço Cultural Convento de S. Francisco*” tinha 500 lugares de estacionamento, cobertos, com segurança, gratuitos das 7H00 às 24h00, diariamente.

Intervenção do Presidente da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo de Viegas: [\(áudio 58:38a 58:55 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Agradeceu a informação dada pelo deputado municipal Ferreira Nunes, sobre o estacionamento no “*Centro de Convenções e Espaço Cultural Convento de S. Francisco*”, afirmando que a conhecia, mas não que sabia até quando funcionaria daquele modo, porque o que sabia era que o estacionamento seria temporário e que o que tinha questionado na sua intervenção era o estacionamento na Avenida de Conimbriga.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 59:28 a 59:53 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se tinha a intenção de intervir e se tinha contratado gaiteros porque lhe parecia que tal não estava previsto no orçamento.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 01:49 a 02:33 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou os presentes que tinha, como missão legal manter o funcionamento normal e fazer respeitar a lei dentro da Assembleia Municipal e que a culpa não era das pessoas que vinham fazer pequenas manifestações de desespero, compreensíveis, mas sim de quem as tinha incitado a fazerem espectáculos dessa natureza, porque se podiam ganhar votos de muitas maneiras, mas nunca desta forma, porque a Assembleia Municipal, era uma instituição que tinha que ser respeitada por todos e, em especial, por aqueles que ali estavam sentados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

1. Intervenção do Presidente da Câmara: (áudio 02:37 a 10:04 minutos – 4ª gravação)

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 75.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi apresentada e distribuída a informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal durante o período. O Presidente da Câmara Municipal esclareceu os pontos da sua informação escrita, bem com as questões levantadas pelos deputados municipais no “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

- Informou que relativamente ao destino das instalações da Manutenção Militar, e, após porfiados esforços e após a desafectação do uso militar, conseguiram fazer cumprir o que estava previsto escritura dos finais do século XIX, que determinava a devolução à Câmara Municipal de todo aquele património. Devolvida a chave, estava a ser instruído um processo para a intervenção de requalificação, mantendo-se o mesmo nome, destinado a uma mostra pública do valiosíssimo acervo documental à guarda da Câmara Municipal e construir um legado de grande valor para a cidade;
- Informou que brevemente ir-se-ia realizar o “*Festival das Artes*” apoiado pela Câmara Municipal,
- Quanto à “Via Central” informou que se encontrava adjudicada e aguardava o visto do tribunal de Contas;
- Praça das Cortes, estava consignada e em obra;
- Desassoreamento do Rio Mondego, informou que eram três empreitadas, estavam a decorrer e aguardavam o visto do Tribunal de Contas, assim como intervenção de Requalificação do Parque Manuel Braga e dos respectivos muros;
- Quanto à Ciclovia e à Passagem Pedonal do Rio Mondego disse que deu muito trabalho e estavam aprovados e iriam ser feitas, antes das próximas eleições autárquicas;
- Terminou dizendo que era com dignidade, com afínco, com amor por Coimbra e com vontade que iria fazer e não prometer, porque foi o que tinha assumido, quando se candidatou à cidade das 31 freguesias do Município de Coimbra.

2. Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais, para apreciação e votação;

2.1. Tabela Geral de Taxas Municipais, para apreciação e votação nos termos da al. g), do n.º 1, do art.º 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

Intervenção do Presidente U F de Santa Clara e Castelo de Viegas: (áudio 11:17 a 17:04 minutos – 4ª gravação)

- Disse que não tinha conseguido ler naquelas 400 páginas grande coisa.

Intervenção do Presidente Freguesia de Souselas: (áudio 17:31 a 18:04 minutos – 4ª gravação)

- Disse que em 2013 tinha assumido pela sua honra que iria fazer o melhor pelo Município e era o que estava a fazer, ou seja, estava a atrair pessoas para a sua freguesia, concordando assim, com a redução de preços da presente Tabela Geral de Taxas Municipais;
- Terminou dizendo que se iria ausentar.

Deliberação n.º 16/2017

A Assembleia Municipal, sob propostas da Câmara Municipal datadas dos dias 17 de Abril e 20 de Junho de 2017, e nos termos da alínea 1), do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, deliberou, *por maioria*, com 30 votos a favor e 14 votos contra, aprovar o “*Regulamento Geral de*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Taxas e Preços Municipais”, bem como a “*Tabela Geral de Taxas Municipais e a Tabela Geral de Preços e Tarifas Municipais*” do Município de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

- 3. Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, (Taxas e Compensações Urbanísticas) RMUE**, para apreciação e votação nos termos da al. g), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Deliberação nº 17/2017

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada do dia 17 de Abril de 2017, e nos termos da alínea g), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, deliberou, *por maioria*, com 31 votos a favor, 13 contra e 1 abstenção, aprovar o “*Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas — RMUE*” do Município de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

- 4. 2ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra, (Modificação aos Documentos Previsionais nº 12/2017)** aprovação nos termos da al. a), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Deliberação nº 18/2017

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada do dia 20 de Junho de 2017, e nos termos da alínea a), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, deliberou, *por maioria*, com 41 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a 2ª Revisão Orçamental da Câmara Municipal de Coimbra, (Modificação aos Documentos Previsionais nº 12/2017).

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

- 5. 1ª Revisão ao Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra**, apreciação e votação nos termos da al. a), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Intervenção do deputado municipal Sampaio Nora (CDS): [\(áudio 24:59 a 29:08 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Disse que os transportes públicos de Coimbra – SMTUC, constituíam um aspecto crucial na qualidade de vida dos cidadãos, bem como na mobilidade urbana e a aquisição de novas viaturas, deveria ser encarada como uma questão positiva, mas se todos estivessem de acordo com esta aquisição de viaturas, deveriam ter em conta que esta aquisição, não resolveria todos os problemas de Coimbra;
- Terminou dizendo que a situação dos SMTUC era muito grave e que urgia uma atenção focada na centralidade, apelando ao Executivo e a Assembleia Municipal que encarassem a questão dos SMTUC com maior centralidade, porque Coimbra e os seus cidadãos mereciam uma reflexão muito séria e muito profunda.

Intervenção do Presidente da U.F. da Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e S. Bartolomeu de Souselas: [\(áudio 29:48 a 30:52 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Agradeceu e louvou os SMTUC pela mudança dos dísticos dos autocarros, para dísticos grandes e iluminados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 19/2017

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada do dia 20 de Junho de 2017, e nos termos da a), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, deliberou, *por unanimidade*, aprovar a *1ª Revisão ao Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra*.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

6. Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2016 do Município de Coimbra, apreciação nos termos da al. l), do nº 2, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Deliberação nº 20/2017

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada do dia 20 de Junho de 2017, e nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, deliberou, *por maioria*, com 32 votos a favor e 13 abstenções, aprovar os *Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2016 do Município de Coimbra*.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

7. Prestação de serviços de seguros para os SMTUC – Repartição de encargos, nos termos da alínea c), do nº1, do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.

Deliberação nº 21/2017

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada do dia 20 de Junho de 2017, e nos termos da alínea c), do nº1, do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, deliberou, *por unanimidade*, aprovar a **Prestação de serviços de seguros para os SMTUC – Repartição de encargos**.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

8. Proposta de designação de um representante da Assembleia para o júri do Prémio Municipal de Arquitectura Diogo de Castilho – Edição 2017 - Edital nº 29/2017 – Regulamento do Prémio Municipal de Arquitectura Diogo de Castilho.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 34:45 a 36:31 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou tratar-se de uma proposta aprovada por todos os Grupos Parlamentares, em reunião de Conferência de Líderes e, com a concordância da Câmara Municipal. Assim, propôs o Arquitecto José Bandeirinha como representante da Assembleia Municipal

Intervenção da deputada municipal Júlia Antunes (CpC): [\(áudio 36:39 a 37:11 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Disse que o CpC estava muito contente pela escolha do Arquitecto Bandeirinha, como representante da *Assembleia* Municipal para o júri do Prémio Municipal de Arquitectura Diogo de Castilho – Edição 2017.

Deliberação nº 22/2017

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a *designação do Arquitecto José Bandeirinha como representante da Assembleia para o júri do Prémio Municipal de Arquitectura Diogo de Castilho – Edição 2017 - Edital nº 29/2017 – Regulamento do Prémio Municipal de Arquitectura Diogo de Castilho*.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

9. Troço de estrada a integrar na rede municipal – EN 234 – 1/ Pontão de S. Facundo – Mutação dominial, para aprovação do pedido de autorização prévia.

Deliberação nº 23/2017

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada do dia 20 de Junho de 2017, deliberou por unanimidade, aprovar o *Troço de estrada a integrar na rede municipal – EN 234 – 1/ Pontão de S. Facundo* – Mutação dominial - autorização prévia

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: (áudio 39:34 a 45:50 minutos – 4ª gravação)

- Informou que não sabia se a presente reunião da Assembleia Municipal seria a última do mandato. Para alguns dos presentes seria mesmo a última. Expressou a sua solidariedade a todos os de presentes e avançou com um voto pessoal de agradecimento pela maneira como os deputados municipais sempre souberam ser confiantes na Mesa da Assembleia. De facto era uma Mesa plural, o que era uma inovação, com a representação de três partidos. Tinha sido uma experiência interessante e não estava arrependido de pertencer a uma Mesa plural, por ter tido a honra de ter duas pessoas (Maria Helena Ramos e Vitor Carvalho) a acompanhá-lo, agradecendo a sua colaboração;
- Disse que na Assembleia Municipal nada ficou por dizer, durante quatro anos. Tudo tinha sido discutido com grande liberdade, com grande elevação e, por isso, iriam sair daquela Assembleia com a consciência tranquila. Aprendeu-se uma lição de partilha, de consensualidade, porque antes de chegarem aqui, ao debate, os Grupos Políticos Municipais, entendiam-se pelo diálogo em muitas coisas, apesar de não parecer. Desta forma se valorizaram os partidos e a coligações aqui representados;
- Mais disse, que com toda a transparência e com alma completamente limpa, a Assembleia Municipal, nunca tinha sido subserviente, em relação à Câmara Municipal ou a qualquer responsável político, nunca tinha pactuado, nem acordado nada, que não resultasse da sua autónoma, livre e expressa vontade;
- Terminou afirmando, que teve uma relação com a Câmara Municipal, muito particularmente, com o Presidente da Câmara, de abertura, transparência, compreensão e que nunca tinham sido obrigados a nada, nem nunca tinham feito pactos, que não pudessem ser quebrados no minuto seguinte, portanto, a relação com o Executivo Municipal, com o Presidente da Câmara e com todos os seus Vereadores, tinha sido uma relação exemplar, despedindo-se com um voto de agradecimento.

Assinadas e aprovadas as deliberações por minuta e sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.